



PREFEITURA DE

POTENGI

UMA TERRA DE CORAGEM E MUDANÇA

APROVADO
Em: 23 / 10 / 25

PROJETO DE LEI Nº 54/2025, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

RECEBIDO EM:
22 / 10 / 25
Câmara Municipal de Potengi-CE
Vitoria

INSTITUI A GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE POTENGI/CE, DISPÕE SOBRE SUA ESTRUTURA, PRINCÍPIOS, COMPETÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POTENGI, ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a **Guarda Civil Municipal de Potengi/CE**, vinculada ao Gabinete do Prefeito, órgão de natureza civil, uniformizado e permanente, com fundamento no art. 144, § 8º, da Constituição Federal e na Lei Federal nº 13.022/2014.

Art. 2º Compete à Guarda Civil Municipal a proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União e do Estado.

CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º São princípios mínimos de atuação da Guarda Civil Municipal:

I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;

II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;

III - patrulhamento preventivo;

IV - compromisso com a evolução social da comunidade;

V - uso progressivo e proporcional da força, porém, sem nenhuma afronta ao princípio da dignidade humana.

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete à Guarda Civil Municipal de Potengi:

I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos municipais;

II - prevenir, inibir e coibir, pela presença e vigilância, infrações penais ou administrativas contra os bens e serviços municipais;

III - atuar, preventiva e permanentemente, na proteção da população usuária dos serviços públicos;

IV - colaborar com os órgãos de segurança pública em ações integradas;

V - colaborar na pacificação de conflitos, com respeito aos direitos fundamentais;

VI - cooperar com os demais órgãos de defesa civil;

VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município;

VIII - apoiar ações de segurança escolar e comunitária, participando de atividades educativas;

IX - acompanhar servidores em fiscalizações para garantir-lhes segurança física e moral;

X - atuar mediante ações preventivas de segurança e cidadania, em parceria com outros órgãos públicos.

§ 1º No exercício de suas competências, a Guarda poderá atuar em conjunto com órgãos de segurança pública da União, do Estado ou de municípios vizinhos, mediante convênio ou termo de cooperação.

§ 2º É vedado o exercício de funções típicas das Polícias Civil ou Militar, devendo a atuação da Guarda limitar-se à esfera municipal e à proteção preventiva.

CAPÍTULO IV - DO USO DE EQUIPAMENTOS E ARMAMENTO

Art. 5º Os integrantes da Guarda Civil Municipal poderão utilizar instrumentos de menor potencial ofensivo, observando os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade e razoabilidade.

Parágrafo único. O porte de arma de fogo, quando autorizado, seguirá as normas da Lei Federal nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) e as regulamentações da Polícia Federal.

CAPÍTULO V – DA CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

Art. 6º O ingresso e o exercício das funções na Guarda Municipal dependerão de aprovação em **Curso de Formação em Segurança Pública**, conforme matriz curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

§ 1º O Município poderá firmar convênios com instituições públicas ou privadas para viabilizar a formação e o aperfeiçoamento dos guardas.

§ 2º A formação contínua é obrigatória, devendo ser realizada periodicamente.

CAPÍTULO VI – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 7º A estrutura da Guarda Civil Municipal compreenderá:

- I – Comando da Guarda Municipal;
- II – Subcomando Operacional;
- III – Setor Administrativo e de Apoio Logístico;
- IV – Efetivo de Guardas Cíveis Municipais.

Art. 8º O ingresso nos cargos efetivos de Guardas Municipais será realizado mediante concurso público, a ser regulamentado posteriormente por Lei Específica, publicada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, observada a disponibilidade financeira e orçamentária do Município e o regime estatutário dos servidores públicos municipais.

Art. 9º Os cargos de Comandante e Subcomandante da Guarda poderão ser de **livre nomeação e exoneração**, de acordo com regulamentação do Executivo.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINAIS

Art. 10. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11. A implantação da Guarda Civil Municipal será feita de **forma gradativa e escalonada**, conforme disponibilidade financeira e os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 12. O Prefeito Municipal editará, no prazo de **120 (cento e vinte) dias**, o **Regulamento Interno** e demais normas complementares da Guarda Civil Municipal.



Art. 13. Aplicam-se aos servidores da Guarda Municipal, no que couber, as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislações correlatas.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Potengi/CE, 22 de outubro de 2025.

SALVIANO LINARD DE ALENCAR:3897716089
8
Assinado de forma digital por SALVIANO LINARD DE ALENCAR:38977160898
SALVIANO LINARD DE ALENCAR
PREFEITO MUNICIPAL DE POTENGI/CE

MENSAGEM DO PROJETO DE LEI EM REGIME DE URGÊNCIA QUE TRATA DA CRIAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE POTENGI/CE

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

APROVADO
Em 23/10/25

Encaminho a esta Egrégia Câmara Municipal, para apreciação e deliberação, o incluso Projeto de Lei em **REGIME DE URGÊNCIA** que institui e estrutura a Guarda Civil Municipal de Potengi/CE, órgão civil, uniformizado e de caráter preventivo, com base no art. 144, § 8º, da Constituição Federal, na Lei Federal nº 13.022/2014 e demais legislações pertinentes.

A presente proposição visa dotar o Município de Potengi de uma Guarda Civil Municipal moderna, legalmente estruturada e preparada para atuar na proteção dos bens, serviços e instalações públicas, bem como, para cooperar com as políticas públicas de segurança, defesa civil e proteção social, com ênfase no apoio a projetos como a “Casa da Mulher”, voltados à proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade.

O projeto observa a Lei de Responsabilidade Fiscal, garantindo implantação gradativa, compatível com a capacidade financeira do Município e com previsão orçamentária específica.

Com a aprovação da presente Lei, Potengi/CE dará um importante passo na consolidação da segurança cidadã, da proteção do patrimônio público e da promoção da paz social.

Atenciosamente,

Potengi/CE, 21 de OUTUBRO de 2025.

SALVIANO LINARD DE ALENCAR
ALENCAR:38977160898

Assinado de forma digital
por SALVIANO LINARD DE
ALENCAR:38977160898

SALVIANO LINARD DE ALENCAR
PREFEITO MUNICIPAL DE POTENGI/CE